

## DEFENSORIA QUER IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA PARA DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO ES

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo de Direitos Humanos, ajuizou uma ação civil pública contra o Estado do Espírito Santo, solicitando a implementação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH/ES). O programa atua no atendimento e acompanhamento dos casos de risco e de ameaça de morte das pessoas que atuam na defesa dos direitos humanos.

A Instituição, inicialmente, oficiou a Secretaria de Direitos Humanos (SEDH/ES), solicitando informações sobre implementação do programa. No entanto, a Secretaria informou que não possui funcionários aptos a exercer as atividades necessárias e que não foi previsto um orçamento para a volta do programa no Estado, encerrado em 2017. Segundo a Defensoria, os cargos comissionados não ocupados, já disponíveis na estrutura administrativa do Estado, poderiam ser disponibilizados à SEDH/ES e assim, serem deslocados para atender o PPDDH/ES.

O que é o PPDDH? O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH/ES) está baseado na Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH), aprovada pelo Decreto nº 6.044/2007. Dentro do programa, são estabelecidas ações voltadas para a proteção aos defensores de direitos humanos, que atuam em causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade.

Os defensores dos direitos humanos pretegidos vivenciam situações de risco, ameaça e/ou vulnerabilidades ao defenderem causas como direito à terra, direito à moradia e por atuarem em prol dos quilombolas e ribeirinhos.

## CONTEÚDO

*Notícias da DPES - 1*

*Jurisprudência STJ-2*

*Jurisprudência do TJES-5*

*Legislação-7*

## **Jurisprudência STJ**

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. CASSAÇÃO DA DECISÃO QUE DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APENADO. VALOR PECUNIÁRIO. INADIMPLEMENTO. AUSÊNCIA DE CAPACIDADE ECONÔMICA. "DISTINGUISHING". HIPOSSUFICIÊNCIA AUFERIDA. CUMPRIMENTO. INVIABILIDADE. [Clique aqui e confira](#)

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. AUMENTO DA FRAÇÃO DO REDUTOR PREVISTO NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INVIABILIDADE. QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM COM A PENA-BASE. PRECEDENTES. ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL E SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. [Clique aqui e confira](#)

## **Jurisprudência STJ**

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NA QUAL SE ARGUIU A IMPENHORABILIDADE DO VALOR BLOQUEADO VIA BACENJUD. PEDIDO DEDUZIDO EM ANTERIOR PETIÇÃO. ACOLHIMENTO, PARA RECONHECER A IMPENHORABILIDADE DO VALOR BLOQUEADO. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DA PARTE EXEQUENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONSIDERADOS INCABÍVEIS, NA ESPÉCIE. RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA CORTE DE ORIGEM, OS QUAIS DEIXARAM DE SER ESPECIFICAMENTE IMPUGNADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, À MÍNGUA DE REALIZAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS JULGADOS CONFRONTADOS. MERA TRANSCRIÇÃO DA EMENTA DO JULGADO PARADIGMA. INSUFICIÊNCIA.

**[Clique aqui e confira](#)**

## Jurisprudência STJ

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA ANTES DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. FLEXIBILIZAÇÃO. ENTENDIMENTO CONTIDO NO RESP REPETITIVO N. 1.340.553/RS. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA NA PRÁTICA DOS ATOS PROCESSUAIS. REEXAME PROBATÓRIO. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. ULTRAPASSADO O PRAZO PREVISTO NO ART. 40, §§ 2º E 4º, DA LEI N. 6.830/1980. PRESCRIÇÃO CONFIRMADA. MULTAS DOS ARTS. 1.021, § 4º, E 1.026, § 2º, AMBOS DO CPC/2015. DESCABIMENTO. **Clique aqui e confira**

## **Jurisprudência do TJES**

**EMENTA:** EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PLEITO DEFENSIVO PARA QUE PREVALEÇA A CONCLUSÃO DO VOTO VENCIDO, NO SENTIDO DA ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE ILICITUDE DAS PROVAS PRODUZIDAS, EM RAZÃO DE SUPOSTA VIOLAÇÃO À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO. IMPOSSIBILIDADE. BUSCA QUE SE BASEOU NA HIPÓTESE DE FUNDADA SUSPEITA DE EXISTÊNCIA NO LOCAL DE ARMA DE FOGO. CRIME PERMANENTE. APREENSÃO FORTUITA DE ENTORPECENTES NA RESIDÊNCIA DO ACUSADO QUE DECORRE DE AÇÃO LEGÍTIMA DOS AGENTES DE SEGURANÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **[Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO (ARTIGO 485, III E § 1º, DO CPC). IMPRESCINDIBILIDADE DE INTIMAÇÃO DO ADVOGADO E, EM CASO DE INÉRCIA, NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. SENTENÇA RECORRIDA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **[Clique aqui e confira](#)**

## **Jurisprudência do TJES**

**EMENTA:** AGRAVO EM EXECUÇÃO CRIMINAL. CONVERSÃO DA MEDIDA ALTERNATIVA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DA PENA ALTERNATIVA COM A PENA CORPORAL. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO. DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.847/2019 QUE ALTEROU OS ARTEFATOS PARA USO PERMITIDO. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. RETROATIVIDADE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. ARTIGO 66, I DA LEP E SÚMULA 611 DO STF. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. **[Clique aqui e confira](#)**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. ETERNIZAÇÃO DA DÍVIDA. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. DESVANTAGEM EXAGERADA DO CONSUMIDOR. NULIDADE. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. RECURSO DESPROVIDO. **[Clique aqui e confira](#)**

## **INOVAÇÕES LEGISLATIVAS**

- **Lei nº 14.548 de 13 de abril de 2023**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e com a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. **[Clique aqui e confira](#)**

## **INOVAÇÕES LEGISLATIVAS**

- **Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. **[Clique aqui e confira](#)**

- **[Lei Ordinária nº 11.810/2023](#)**

Proíbe a celebração de contrato na modalidade de empréstimo bancário consignado com idosos ou pensionistas por meio de ligação telefônica no estado do Espírito Santo. **[Clique aqui e confira](#)**